

VOTO E POLÍTICAS PÚBLICAS:

Maior competitividade eleitoral em municípios aumenta os gastos públicos?

 Lidia Nicole Ten Cate¹, André Marenco

INTRODUÇÃO

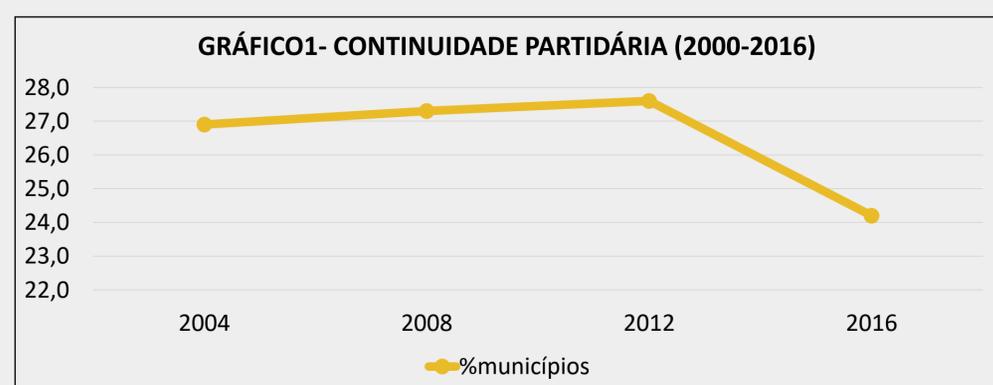
A competição eleitoral é um fator com capacidade de influenciar o comportamento dos governos (Downs 1999). Na disputa por votos são consideradas não só as funções de utilidade dos eleitores, mas também as propostas dos oponentes. Dessa forma, o governo tem um aumento de gastos dentro dos limites de financiamento, na busca pela maximização de apoio político. Dahl (1971) chama atenção para possibilidades de configurações institucionais com alto grau de competição em nível federal, e, em contrapartida, a existência de bases tradicionais que concentram poder em níveis subnacionais. Considerando a situação atual de análise comparada de governos municipais, há necessidade de estudos que tenham como objeto os fatores que condicionam seu desempenho (CAVALCANTE, 2013). O estudo aqui apresentado tem como objetivos analisar o grau de competição dos municípios brasileiros e em segunda análise utilizar esse diagnóstico para verificar se há correlação entre a competitividade e os gastos realizados. Busca-se com esse trabalho identificar qual o impacto da competição eleitoral nos gastos públicos municipais.

METODOLOGIA

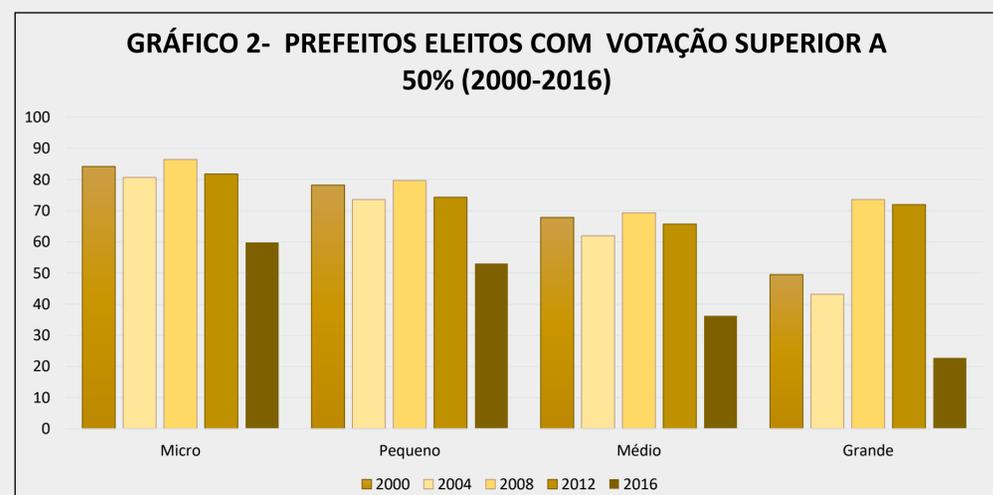
No decorrer do estudo, foi elaborado um banco de dados com informações dos municípios brasileiros extraídas da base MUNIC do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, dados eleitorais do Tribunal Superior Eleitoral – TSE e do relatório de Finanças do Brasil – FINBRA. São utilizados como variáveis independentes, fatores políticos como: a continuidade de um mesmo partido na prefeitura nas trocas de gestão, nas eleições de 2000 a 2016; a proporção de votos obtidos pelo partido vitorioso ao se lograr tal cargo; o alinhamento partidário com os governos federal e estadual; e a porcentagem de cargos de confiança na administração direta municipal, como função dos recursos à disposição de “incumbents”. Como variáveis dependentes serão utilizados indicadores fiscais de receita e despesas orçamentárias, totais e por áreas específicas (administração, saúde, educação, segurança pública e assistência social). Como variável de controle, serão usados indicadores demográficos: tamanho do município, índice de Gini e IDH. A análise inferencial das variáveis é realizada com uso do software Statistical Package for the Social Sciences – SPSS.

RESULTADOS PRÉVIOS

Reunindo as variáveis independentes é possível obter um esboço do nível de competitividade, e suas alterações, entre as eleições analisadas. A continuidade dos partidos nas prefeituras, conforme mostra o gráfico 1, sofre alterações durante o período analisado: dos eleitos em 2004 a porcentagem de continuidades partidárias é de 26,9%, nas eleições de 2008 e 2012 há um leve aumento, 27,3% e 27,6% respectivamente e nas eleições de 2016 se registra o menor valor de continuidade com apenas 24,2%.



Outra variável avaliada foi o percentual de votos que o candidato eleito obteve, ao avaliar municípios nos quais o prefeito se elegeu com uma votação igual ou superior a 50% este dado no total dos municípios em primeiro momento mostra oscilações pequenas de 2000 até 2012 e uma queda em 2016. Desagregando o dado de acordo com o porte do município, gráfico 2, nota-se que os municípios de grande porte (população superior a 100000 habitantes) registram uma tendência a maiores variações e valores menores.



REFERÊNCIAS

CAVALCANTE, Pedro. **A competição eleitoral gera governos mais eficientes? Um estudo comparado das prefeituras no Brasil**. Rev. Adm. Pública, Rio de Janeiro, v. 47, n. 6, p. 1569-1591, Dez. 2013.
 DAHL, R. *Polyarchy: Participation and Opposition*. New Haven: Yale University Press, 1971.
 DOWNS, Anthony. *Uma teoria econômica da democracia*. São Paulo: Edusp, 1999, p.25-116.